

Sumário

Introdução	1
1. Vontade e morte: as feições do testamento na dogmática do negócio jurídico	13
1.1 Os reflexos da teoria do negócio jurídico sobre o testamento	18
1.2 As características do testamento no quadro geral dos negócios jurídicos.....	28
1.3 A filtragem de validade do conteúdo do testamento como limite à liberdade de testar	35
1.4 A necessária distinção entre a nulidade do conteúdo do testamento e a valoração moral das escolhas do testador	44
2. Nulidades previstas no regime geral do negócio jurídico que se aplicam ao testamento.....	51
2.1 Nulidade da disposição testamentária cujo objeto é ilícito, impossível, indeterminado ou indeterminável.....	52
2.2 Nulidade da disposição testamentária que impõe condição ilícita ou impossível	54
2.2.1 Nulidade da condição contrária à lei, à ordem pública ou aos bons costumes	60
2.2.1.1 As condições de o beneficiário se casar ou de não se casar...65	
2.2.1.2 A condição de o beneficiário se divorciar ou se separar....	68
2.2.1.3 A condição de o beneficiário permanecer viúvo	70
2.2.1.4 A condição de o beneficiário se afastar de familiares.....	71

2.2.1.5 As condições religiosas.....	74
2.2.1.6 A inadequada busca por solução a priori.....	75
2.2.2 Nulidade da condição impossível ou contraditória.....	76
2.3. Nulidade da disposição testamentária cujo motivo é ilícito.....	80
2.4 Nulidade do encargo ilícito e impossível como motivo determinante da disposição testamentária.....	86
2.5 Nulidade de disposições extrapatrimoniais	89
3. O problema das disposições testamentárias discriminatórias ou ofensivas à ordem pública.....	99
3.1 Disposições testamentárias discriminatórias	100
3.1.1 O problema da antidiscriminação como princípio do Direito Civil brasileiro	102
3.1.2 O debate sobre as disposições testamentárias discriminatórias na experiência estrangeira	110
3.1.3 O debate sobre as disposições testamentárias discriminatórias no direito brasileiro	122
3.2 Disposições testamentárias que ofendem a ordem pública	131
4. Nulidades específicas das disposições testamentárias	137
4.1 A condição captatória (art. 1.900, I, do Código Civil).....	138
4.2 Disposição em benefício de pessoa incerta (art. 1.900, II e III, do Código Civil)	144
4.3 Fixação do valor do legado ao arbítrio de terceiro (art. 1.900, IV, do Código Civil)	151
4.4 Disposição em benefício de pessoas que não podem receber por testamento (art. 1.900, V, do Código Civil).....	156

4.5 Conversão dos bens da legítima em bens de outra espécie (art. 1.848, § 1º, do Código Civil).....	165
4.6 Disposição testamentária que institui fideicomisso além do segundo grau (art. 1.959 do Código Civil).....	169
4.7 A ausência da justa causa para as cláusulas de inalienabilidade, impenhorabilidade e incomunicabilidade sobre os bens da legítima (art. 1.848 do Código Civil).....	175
4.8 A disposição testamentária que deserda herdeiro sem fundamento ou com fundamento estranho às hipóteses dos arts. 1.962 e 1.963 do Código Civil	181
5. Aspectos relevantes sobre a impugnação das disposições testamentárias nulas	187
5.1 Testamenteiro	187
5.2 A ação cabível para declarar a nulidade de disposição testamentária.....	190
5.3 O prazo decadencial para propositura dessa ação	197
5.4 O problema da validade da cláusula de não impugnar o testamento ...	201
5.4 O debate sobre a cláusula compromissória testamentária.....	210
Conclusão	219
Bibliografia	223